| | |
|---|---|
| **PROCESSO TC** | **: 007720/2017** |
| **ORIGEM** | **:** Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Sergipe SERGIPEPREVIDÊNCIA |
| **ASSUNTO** | **: 036 –** Revisão de Proventos e Pensões |
| **INTERESSADA** | **: Francisco José da Silva Neto**<br>**Paula Vanessa Gomes Santos da Costa** |
| **ADVOGADO** | **:** Não há |
| **PROCURADOR** | **: João Augusto dos Anjos Bandeira de Mello – Parecer nº. 872/2023** |
| **RELATOR** | **: Conselheiro Substituto Alexandre Lessa Lima** |

**EMENTA:** Registro Tácito do ato de Revisão de Pensão Previdenciária, em consonância com o tema 445 de repercussão geral do STF.

## DECISÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, decidem os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado de Sergipe, em Sessão da Primeira Câmara, realizada no dia 27/02/2024, sob a Presidência do Senhor Conselheiro Flávio Conceição de Oliveira Neto, por unanimidade dos votos, julgar pelo **REGISTRO TÁCITO,** a revisão de pensão previdenciária de **Francisco José da Silva Neto** e **Paula Vanessa Gomes Santos da Costa,** nos termos da Proposta de Decisão do Eminente Conselheiro Substituto Relator Alexandre Lessa Lima.

**Alexandre Lessa Lima**
**Relator**

Arquivo assinado digitalmente por ULISSES DE ANDRADE FILHO:66593450863 em 12/03/2024 08:39:04
Arquivo assinado digitalmente por ALEXANDRE LESSA LIMA:38847930472 em 12/03/2024 08:50:35
Arquivo assinado digitalmente por EDUARDO SANTOS ROLEMBERG CORTES:71960325515 em 12/03/2024 09:25:16

## RELATÓRIO

Tratam os autos, de Revisão da Pensão Previdenciária, para inclusão de **Francisco José da Silva Neto (**filho universitário menor de 21 anos) e **Paula Vanessa Gomes Santos da Costa** (filha universitária menor de 21 anos), beneficiários do ex-segurado Henrique Paulo da Costa, RG nº. 468468 SSP/SE, inscrito no CPF sob nº. 256.884.725-53, servidor inativo que ocupou o cargo de Agente de Polícia Judiciaria, do quadro de pessoal da Secretaria de Estado da Segurança Pública, falecido em 26/03/2013.

Os interessados tiveram sua revisão de pensão previdenciária concedida por meio da Portaria nº. 1770/2014 (fls. 40), devidamente fundamentada e publicada no Diário Oficial do Estado de Sergipe.

O Sergipe Previdência por meio de sua Diretoria Executiva (fl.37), fundamentada em parecer da Procuradoria Jurídica (fls. 29/36), verificou a presença dos requisitos que autorizam a concessão da revisão do benefício pretendido, com fulcro nos art. 12, II, art. 50 c/c art. 54, I e II da LC 113/2005.

A Coordenadoria Jurídica deste Tribunal de Contas, diante da documentação apresentada, em Parecer nº 91/2023, às fls. 101/103, manifesta-se favoravelmente ao ato de revisão do benefício, para inclusão de **Francisco José da Silva Neto (**filho universitário menor de 21 anos) e **Paula Vanessa Gomes Santos da Costa** (filha universitária menor de 21 anos), beneficiários do ex-segurado Henrique Paulo da Costa, visto que preenchido os requisitos legais.

O representante do Ministério Público Especial, o douto Procurador João Augusto dos Anjos Bandeira de Mello, em Parecer nº. 872/2023 (fl.108), em atenção aos princípios da segurança jurídica e da confiança legítima, os Tribunais de Contas estão sujeitos ao prazo de 5 anos para o julgamento da legalidade do ato de concessão inicial de aposentadoria, reforma ou pensão, a contar da chegada do processo à respectiva Corte de Contas, opinou pelo registro tácito do ato concessivo da revisão do benefício.

É o relatório.

Arquivo assinado digitalmente por ULISSES DE ANDRADE FILHO:66593450863 em 12/03/2024 08:39:04
Arquivo assinado digitalmente por ALEXANDRE LESSA LIMA:38847930472 em 12/03/2024 08:50:35
Arquivo assinado digitalmente por EDUARDO SANTOS ROLEMBERG CORTES:71960325515 em 12/03/2024 09:25:16

## PROPOSTA DE DECISÃO

Versam os autos, de Revisão da Pensão Previdenciária a **Francisco José da Silva Neto (**filho universitário menor de 21 anos) e **Paula Vanessa Gomes Santos da Costa** (filha universitária menor de 21 anos), beneficiários do ex-segurado Henrique Paulo da Costa, RG nº. 468468 SSP/SE, inscrito no CPF sob nº. 256.884.725-53, servidor inativo que ocupou o cargo de Agente de Polícia Judiciaria, do quadro de pessoal da Secretaria de Estado da Segurança Pública, falecido em 26/03/2013.

Verifica-se, pela análise das informações apresentadas, que os beneficiários fazem jus à 25,00% da pensão por morte, com valor total correspondente a R$ 2.083,56 (dois mil, oitenta e três reais e cinquenta e seis centavos), para cada um, atendendo os requisitos legais pertinentes ao pleito referido.

A Coordenadoria Jurídica, emitiu parecer no sentido da legalidade do ato concessivo da inclusão de pensão, uma vez obedecido os mandamentos legais regentes à espécie, especialmente elencados no art. 6º-A, da EC nº 41/03, redação EC nº 70/12, devendo ser implementado a partir da data do requerimento, consoante dispõe o art. 50, II, da LC 113/2005.

Compulsado os autos, em que pese o parecer da Coordenadoria Jurídica, acompanho o entendimento do Douto *Parquet* de Contas, escorado no tema de repercussão geral nº. 445 do STF, que estabeleceu em 5 anos o prazo para que os Tribunais de Contas apreciem a legalidade do ato de concessão de aposentadoria, reforma ou pensão, a contar da chegada do processo à respectiva Corte de Contas, senão vejamos:

> "Recurso extraordinário. Repercussão geral. 2. Aposentadoria. Ato complexo. Necessária a conjugação das vontades do órgão de origem e do Tribunal de Contas. Inaplicabilidade do art. 54 da Lei 9.784/1999 antes da perfectibilização do ato de aposentadoria, reforma ou pensão. Manutenção da jurisprudência quanto a este ponto. 3. Princípios da segurança jurídica e da confiança legítima. Necessidade da estabilização das relações jurídicas. Fixação do prazo de 5 anos para que o TCU proceda ao registro dos atos de concessão inicial de

Arquivo assinado digitalmente por ULISSES DE ANDRADE FILHO:66593450863 em 12/03/2024 08:39:04
Arquivo assinado digitalmente por ALEXANDRE LESSA LIMA:38847930472 em 12/03/2024 08:50:35
Arquivo assinado digitalmente por EDUARDO SANTOS ROLEMBERG CORTES:71960325515 em 12/03/2024 09:25:16

> aposentadoria, reforma ou pensão, após o qual se considerarão definitivamente registrados. 4. Termo inicial do prazo. Chegada do processo ao Tribunal de Contas. 5. Discussão acerca do contraditório e da ampla defesa prejudicada. 6. TESE: "Em atenção aos princípios da segurança jurídica e da confiança legítima, os Tribunais de Contas estão sujeitos ao prazo de 5 anos para o julgamento da legalidade do ato de concessão inicial de aposentadoria, reforma ou pensão, a contar da chegada do processo à respectiva Corte de Contas". 7. Caso concreto. Ato inicial da concessão de aposentadoria ocorrido em 1995. Chegada do processo ao TCU em 1996. Negativa do registro pela Corte de Contas em 2003. Transcurso de mais de 5 anos. 8. Negado provimento ao recurso.

No caso concreto, observa-se que os presentes autos chegaram a esta Corte de Contas em 20/12/2016, estando, portanto, a mais de cinco anos em tramitação nesta Casa, não podendo mais ser alterado a inteligência do tema 445 do STF, devendo ser registrado tacitamente nos termos da concessão originária outorgada pelo órgão de origem.

Importante ressaltar, que eventuais dúvidas sobre a aplicabilidade do tema 445 do STF, foram devidamente dissipadas nos autos do Embargo de Declaração ao RE 636553 RS, rejeitados com a seguinte ementa:

> Embargos de declaração em recurso extraordinário com repercussão geral. 2. Tema 445 da sistemática da repercussão geral. Julgamento da legalidade do ato de concessão inicial de aposentadoria, reforma ou pensão, pelos Tribunais de Contas. 3. Prazo decadencial de cinco anos, a contar da chegada do processo à respectiva Corte de Contas. 4. Inexistência de omissão, contradição ou obscuridade. 5. Efeitos infringentes. Não configuração de situação excepcional. 6. Embargos de declaração rejeitados.

Em seu voto, o Ministro Relator Gilmar Mendes assim pontua:

> Para melhor compreensão do tema, faço, primeiramente, uma síntese do quadro jurídico aqui posto. Nesse aspecto, enfatizo ser preciso distinguir duas hipóteses, cuja definição evidencia qual entendimento jurisprudencial desta Corte deverá ser aplicado ao caso concreto, ao mesmo tempo em que explicita o motivo pelo qual os embargos de declaração ora apreciados não têm fundamento.
>
> A primeira hipótese refere-se à situação em que o TCU anula as aposentadorias ou pensões por ele próprio já julgadas legais

Arquivo assinado digitalmente por ULISSES DE ANDRADE FILHO:66593450863 em 12/03/2024 08:39:04
Arquivo assinado digitalmente por ALEXANDRE LESSA LIMA:38847930472 em 12/03/2024 08:50:35
Arquivo assinado digitalmente por EDUARDO SANTOS ROLEMBERG CORTES:71960325515 em 12/03/2024 09:25:16

> e registradas. Nesse caso, em que há anulação de ato administrativo complexo aperfeiçoado, aplica-se o art. 54 da Lei 9.784/1999. Tal procedimento não foi objeto da presente ação.
> Já a segunda hipótese refere-se à atividade de controle externo, pela qual o Tribunal de Contas da União aprecia aposentadorias e pensões concedidas pelos órgãos da Administração Pública – **podendo julgá-las ilegais, negando-lhes o registro, ou aprová-las.** É sobre isso que se tratou nesta ação, isto é, sobre a competência disposta no art. 71, III, da Constituição Federal. (grifo nosso)

Neste ponto, resta claro e transparente, que as situações albergadas pelo tema 445 do STF, não se limita apenas aos casos em que ultrapassados o prazo quinquenal, os tribunais negassem registro ao beneficiário. Vai mais além, alcança os casos julgados ilegais, como também, os que teriam a aprovação chancelada sem questionamento pelo órgão fiscalizador.

Infere em seu voto o Eminente Relator, que o ato de concessão de revisão de proventos tem natureza de ato complexo, que se aperfeiçoa com a manifestação final dos Tribunais de Contas, que recorrentemente vem demorando em finalizar a análise da legalidade, gerando insegurança ao beneficiário. Sendo assim, em nome dos princípios da segurança jurídica e da confiança legítima, aliados ainda, a necessidade de estabilização das relações jurídicas entre Administração e administrado, se fixou o prazo decadencial de 5 anos ininterruptos, contados a partir da entrada do processo nos tribunais, para que as Cortes de Contas exerçam sua competência constitucional prevista no art. 71, III, da CF, com efeitos *ex tunc,* período que uma vez atingido, torna o ato tacitamente apreciado.

Ante toda a fundamentação apresentada, corroborando com o entendimento firmado pelo MPC, que passa a integrar o dispositivo como se nele estivesse transcrito, apresento **Proposta de Decisão** pelo **Registro Tácito do ato concessivo da inclusão de pensão,** dos interessados **Francisco José da Silva Neto** e **Paula Vanessa Gomes Santos da Costa**.

É a Proposta de Decisão.

Isto posto, e

Arquivo assinado digitalmente por ULISSES DE ANDRADE FILHO:66593450863 em 12/03/2024 08:39:04
Arquivo assinado digitalmente por ALEXANDRE LESSA LIMA:38847930472 em 12/03/2024 08:50:35
Arquivo assinado digitalmente por EDUARDO SANTOS ROLEMBERG CORTES:71960325515 em 12/03/2024 09:25:16

**Considerando** a regularidade da documentação que instrui o processo;

**Considerando** que a Revisão em comento foi concedida através da Portaria nº. 1770/2014 (fls. 40), devidamente fundamentada e publicada no Diário Oficial do Estado de Sergipe;

**Considerando** que as Informações prestadas pela Coordenadoria Jurídica deste Tribunal de Contas concluem pela legalidade da Revisão do benefício;

**Considerando** que o processo se encontra instruído de acordo com a Resolução TC nº. 244/2007 com nova redação dada pela Resolução TC nº. 284/2013;

**Considerando** que o douto representante do Ministério Público Especial, opinou pelo Registro Tácito do ato de revisão do benefício;

**Considerando** a Proposta de Decisão do Relator e o mais que dos autos consta,

**DECIDE O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SERGIPE**, no uso de suas atribuições legais, em Sessão da **Primeira Câmara**, realizada no dia 27/02/2024, por unanimidade de votos, julgar pelo **REGISTRO TÁCITO, o ato concessivo da inclusão de pensão** dos interessados **Francisco José da Silva Neto (**filho universitário menor de 21 anos) e **Paula Vanessa Gomes Santos da Costa** (filha universitária menor de 21 anos)**,** beneficiários do ex-segurado Henrique Paulo da Costa, no importe de R$ 2.083,56 (dois mil e oitenta e três reais e cinquenta e seis centavos) cada, nos termos concedido pelo órgão de origem em consonância com o tema 445 do STF, conforme discriminação abaixo:

Arquivo assinado digitalmente por ULISSES DE ANDRADE FILHO:66593450863 em 12/03/2024 08:39:04
Arquivo assinado digitalmente por ALEXANDRE LESSA LIMA:38847930472 em 12/03/2024 08:50:35
Arquivo assinado digitalmente por EDUARDO SANTOS ROLEMBERG CORTES:71960325515 em 12/03/2024 09:25:16

| NOME | PARENTESCO | PERCENTUAL | VALOR | DATA DE INÍCIO |
|---|---|---|---|---|
| Francisco José da Silva Neto | Filho Universitário menor de 21 anos | 25% | R$2.083,56 | 25/02/2014 |
| Paula Vanessa Gomes Santos da Costa | Filha Universitária menor de 21 anos | 25% | R$2.083,56 | 25/02/2014 |

Participaram do Julgamento os Conselheiros: **Flávio Conceição de Oliveira Neto (Presidente), Maria Angélica Guimarães Marinho e Ulices de Andrade Filho**.

Presente o Conselheiro Substituto **Alexandre Lessa Lima** (Relator) com Proposta de Decisão.

**PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE**

SALA DAS SESSÕES DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SERGIPE, **Aracaju,12 de março de 2024.**

**PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE**

**Conselheiro ULICES DE ANDRADE FILHO**
**Presidente em exercício**

**Cons. Substituto ALEXANDRE LESSA LIMA**
Relator

**Fui Presente:**

**Eduardo Santos Rolemberg Côrtes**
**PROCURADOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO ESPECIAL DE CONTAS**

Arquivo assinado digitalmente por ULISSES DE ANDRADE FILHO:66593450863 em 12/03/2024 08:39:04
Arquivo assinado digitalmente por ALEXANDRE LESSA LIMA:38847930472 em 12/03/2024 08:50:35
Arquivo assinado digitalmente por EDUARDO SANTOS ROLEMBERG CÔRTES:71960325515 em 12/03/2024 09:25:16